

Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil¹

Tropical Scheherazade: narratives and dialogues of the Brazilian environmental history

Regina Horta DUARTE

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Contato: reginahortaduarte@gmail.com

Resumo: Por meio da evocação de elementos narrativos d'*As mil e uma noites*, este ensaio discute o surgimento e o desenvolvimento da história ambiental desde 1970, em consonância com graves desequilíbrios naturais que ameaçam a sociedade contemporânea. A história ambiental possibilita diálogos sociais com grupos ambientalistas, cientistas de diversas áreas e pesquisadores da história social, cultural e política. As amplas e promissoras possibilidades de investigação propiciam abordagens transdisciplinares e transnacionais. Um dos enfoques estimulantes diz respeito ao patrimônio. Abrem-se perspectivas para o estudo do patrimônio natural urbano – como no caso dos ficus de Belo Horizonte – e do patrimônio representado por áreas protegidas, a exemplo da ilha da Trindade.

Palavras-chave: narrativa histórica; história ambiental; patrimônio natural.

Abstract: Evoking narrative elements of *The Book of the Thousand Nights and a Night*, this essay discusses the appearing and development of environmental history since 1970, in consonance with serious natural imbalances that have threatened the contemporary society. Environmental history enables historians to dialogue with environmental groups, scientists and researchers from various fields of social, cultural and political history. Large and promising research opportunities provide transdisciplinary and transnational approaches. One of the stimulating approaches relates to heritage, opening up perspectives for the study of the urban environmental heritage - as in the case of the ficus in Belo Horizonte city - and also the natural heritage represented by protected areas, such as the Trindad Island, in Brazil.

Keywords: historical narrative; environmental history; natural heritage

Scheherazade era uma donzela de mil qualidades. Dona de beleza extraordinária, conta-se que colecionou livros de histórias sobre raças e governantes antigos, perscrutou anais e lendas de antigos reis e sabia de cor o trabalho dos poetas. Além de possuir intimidade com a cultura escrita, conhecia as narrativas orais dos contadores de estórias. Estudou filosofia e ciências, artes e técnicas. Era agradável e polida, sábia e espirituosa, instruída e bem criada. Dona de memória prodigiosa, não menos admirável era sua coragem, pois, como veremos, enfrentou e dominou a fúria do temido sultão Shahryar. (BURTON, 1885, p. 14-5; 1888, p. 264-72; GALLAND, 2001, p. 38).

Com tantos talentos, Scheherazade é a protagonista da intrigante e envolvente estória que estrutura *As mil e uma noites*. Essa obra marcante da literatura oriental – e que tem fascinado mentes ocidentais há mais de três séculos – apresenta-se como um novelo em que contos se desdobram uns dos outros. Jorge Luis Borges apontou o sentido vertiginoso dessa rede de tramas. (BORGES, 2011, p. 155-6).

Todorov também destacou como Scheherazade continuamente desenrola mais um episódio do imediatamente anterior, e assim por diante, num inventivo procedimento de encaixe (*enchassement*) que movimenta a “maravilhosa máquina de estórias” que *As mil e uma noites* constitui. Cada uma das estórias traz excessos e extravasamentos que a encaminham a uma próxima narrativa. Paradoxalmente, cada trama evidencia também suas incompletudes, e por isso demanda outra, numa tentativa tão obstinada quanto irrealizável de alcançar uma totalidade narrativa. Nossa heroína é narradora, e a cada noite elabora novo enredo. Também é mulher-narrativa: sua estória é apresentada pelo narrador anônimo no início do livro, mas também em momento posterior, quando ela, Scheherazade, conta sua própria vida ao sultão. (TODOROV, 1980, p. 66-79).

A origem e a trajetória dos manuscritos das *Mil e uma noites* são controversas. Alguns pesquisadores identificam ali os indícios de escritos antigos da Índia e da Pérsia. A inclusão posterior e abundante de outras estórias compôs o *Kitāb alf laylah wa-laylah*, título árabe da obra. A existência de manuscritos da obra foi referida por sábios árabes no século X, como Al-Massudi (conhecido como o Heródoto árabe) e Ibn al-Nadin. Além da mescla de tradições escritas, a obra se alimentou das narrativas dos contadores anônimos que percorriam os caminhos e aldeias do mundo árabe, enunciando e modificando as estórias de geração em geração. Diferentes manuscritos circularam simultaneamente, com reelaborações constantes e variegadas seleções de narrativas. Enfim, *As Mil e uma noites* é obra anônima, coletiva, perpetuada em versões diferentes e mutantes ao longo de mais de mil anos desde o início de sua criação. Seus compiladores expandiram as sequências, acrescentaram detalhes, enriqueceram repertórios, eliminaram outros. (ROSENTHAL, 1990, p. 117; GROTZFELD, 2004, p. 218-28; BORGES, 2011, p. 123-39; 1998, p. 438-57; TAHAN, 2001, p. 15-22; JAROUCHE, 2005; GIORDANO, 2009; TODOROV, 1980, p. 78).

Sua descoberta pelo Ocidente data do início do século XVIII. Antoine Galland, orientalista francês, realizou uma seleção de estórias e as traduziu, entre 1707 e 1717, em 12 volumes de “gosto adocicado” e “restrições inspiradas pelo decoro”, abolindo-se cenas consideradas imorais e palavras chulas. (BORGES, 1998, p. 439). Várias traduções se seguiram, e cada uma trouxe versões diferentes do livro. Em 1885, Richard Burton organizou edição bastante original, em 17 volumes, em que enfatizou conteúdos eróticos. Diante de tantas versões, poderíamos falar de muitos livros. *As mil e uma noites* é obra impossível de ser lida em sua totalidade, constituída por miríades de miríades de estórias, temporalidades, autores, compiladores, ouvintes, leitores e tradutores. Como

mostra Borges, a palavra ‘mil’ do título é quase sinônima de infinito, e a ideia de infinito é consubstancial a *As Mil e uma noites*, pois “dizer mil noites é dizer infinitas noites, as muitas noites, as inumeráveis noites. Dizer mil e uma noites é acrescentar uma ao infinito”. (BORGES, 2011, p. 127).

Se as noites foram infinitas, a primeira delas foi especialmente decisiva para Scheherazade. Filha do vizir, assistia ao genocídio das jovens mulheres do reino. Enganado pela esposa, o sultão foi tomado por desconfiança e ódio contra as mulheres. Para evitar nova traição, a cada noite deitava-se com uma virgem, assegurando-se assim de ser o primeiro e último a possuí-la, e a mandava executar ao amanhecer. As lamentações encheram os lares. A insensatez de Shahryar era sem medida, pois eliminava mulheres em idade fértil, o futuro próximo reservava tão somente o envelhecimento e, a seguir, a extinção dos habitantes de seu reino. Após certo tempo, não havia mais donzelas e o vizir não conseguia atender à exigência do Sultão.

Cercada pela morte e pelo espectro do fim da sociedade em que vivia, Scheherazade urdiu sua estratégia e implorou ao pai que a oferecesse como a próxima noiva, numa atitude aparentemente suicida. Relutante, o vizir acabou cedendo à tenaz insistência da bela virgem e, desolado, a entregou ao sultão para o sacrifício. Logo após entrar nos aposentos reais, a jovem caiu em prantos, implorando a Shahryar que permitisse a presença de sua irmã mais nova, pois eram inseparáveis e essa era uma noite de despedida. Ele permitiu que Dinazard entrasse e, após deflorar Scheherazade, dormiram. Uma hora antes da alvorada, a caçula acordou a irmã para ouvir uma de suas maravilhosas histórias. Essa era a oportunidade ansiada por Scheherazade para cativar o sultão e assumir o controle da situação. Após implorar permissão para atender ao pedido da irmã – a título de último desejo –, empenhou todas as suas habilidades narrativas. Calculou que a empolgante história ainda estivesse inconclusa ao amanhecer. Conseguiu ser poupada por mais uma, duas, cem, mil, mil e uma noites. O extermínio das virgens teve fim, o futuro tornou-se possível.

Todorov observa como vários personagens de *As mil e uma noites* são também narradores. Um monge mendicante maometano escapa da cólera de um gênio impiedoso contando-lhe uma história. Um escravo consegue salvar sua vida ao fascinar seu senhor com uma incrível narrativa. Pelo mesmo motivo, quatro acusados de assassinato são poupados pelo rei. Porém, a ausência de narrativa é a morte, como na história do rei que recebeu um livro de presente. Ele umedecia os dedos para folhear o livro, mas surpreendeu-se ao encontrar todas as páginas em branco. Em poucos instantes, começou a agonizar, pois o papel estava embebido em veneno. O livro em branco acarretou sua morte. Assim, se “todos os personagens incessantemente contam histórias é porque esse ato recebeu uma consagração suprema: narrar equivale a viver”. (TODOROV, 1980, p. 73, tradução livre).

Num universo de aleatoriedades, as palavras têm o poder de criar ordem, salvar vidas, encaminhar reflexões, convencer e transformar as pessoas. (ROSENTHAL, 1990, p. 119). Scheherazade, com suas leituras, estudos e observações, consciente do poder da narrativa, instrumentalizou o conhecimento para alterar, no presente das suas mil e uma noites, o vir a ser da sua sociedade. Conseguiu manter-se viva exclusivamente na medida em que foi capaz de contar histórias. Mas não se tratava apenas de sua própria pele: suas narrativas salvaram toda a coletividade, pois, caso falhasse e fosse morta, a jovem seria apenas mais uma entre as vítimas da misoginia do sultão.

Nós, historiadores, somos como Scheherazade, pois desafiar a morte surge não só como intenção comum – mesmo que, por vezes, inconsciente –, mas também como tarefa sempre inconclusa. A escrita da história debruça-se sobre sociedades desaparecidas, mulheres e homens ausentes; vislumbra possibilidades acalentadas em outros momentos e agora esquecidas. Duelo contra a morte, a prática histórica não conhece descanso. Experimentando a incompletude não como falta, mas como afirmação da complexidade da vida, o historiador está sempre disposto a recomeçar sua escrita, já que o saber produzido não é nem contínuo nem necessariamente cumulativo. A cada manhã, retomamos nosso trabalho na tentativa incansável de estabelecer diálogos com nossos contemporâneos não apenas sobre o passado que estudamos, mas, sobretudo, sobre nosso presente e expectativas de futuro. Como afirma Michel de Certeau, os discursos sobre o passado trazem a marca dos mortos, mas sua evocação se realiza numa troca entre os vivos. (CERTEAU, 1982, p. 56; DUARTE, 1991, p. 20-2).

No estudo da história das sociedades passadas, constatamos que os homens representaram muitas vezes o tempo de sua vida coletiva num horizonte de iminente predomínio de caos e destruição. Jacques Le Goff analisa inúmeras escatologias coletivas que apontaram para a destruição não apenas de uma sociedade específica, mas de toda a humanidade e mesmo do universo. Desde os povos antigos e até o mundo contemporâneo, diversas religiões e vertentes culturais previram a irrupção do apocalipse e a inauguração de uma nova Idade do Ouro, com restabelecimento do paraíso. A partir do século XIX, a escatologia se laicizou, a exemplo das teorias revolucionárias do marxismo e do anarquismo. Após a Segunda Guerra Mundial, o medo decorrente da invenção e uso das armas atômicas foi acirrado pelas tensões da Guerra Fria e alimentou a angustiante espera de um fim catastrófico. (LE GOFF, 1985, p. 449-51).

Ao longo das últimas décadas, uma inquieta escatologia ecológica se configurou em meio à manifestação de graves problemas que, somados, colocam em risco efetivo a vida na Terra: a chuva ácida; a constatação do desaparecimento quase total de florestas tropicais de valor incomensurável (como a Mata Atlântica); a expansão da desertificação; a depleção da camada de ozônio; a trágica e galopante extinção de milhões de espécimes da fauna e da flora; a poluição dos mares; o

aquecimento global e o acirramento de fenômenos climáticos, como tempestades, furacões e secas; a contaminação de nossos corpos e de muitos seres da cadeia alimentar de forma indelével por substâncias como mercúrio, agrotóxicos ou elementos radiativos. Enfim, eventos ligados à questão ambiental contemporânea pressagiam a possibilidade de um apocalipse sem redenção, no qual o desequilíbrio definitivo das condições de vida no planeta sepultaria de vez qualquer esperança.

Nesse contexto, o campo da história ambiental tem se constituído como nova possibilidade de investigação desde a década de 1970. José Augusto Pádua alerta para o fato de que a ‘voz das ruas’, ou o clamor social pela questão ecológica, não é suficiente para explicar o surgimento da história ambiental. O autor nos mostra – com grande propriedade – como essa disciplina se integra à construção ampla e difusa da sensibilidade ecológica no mundo moderno, na vertente de três mudanças epistemológicas decisivas: a percepção de que a ação humana impacta a natureza, a revolução dos marcos cronológicos de entendimento do universo e do mundo e a concepção do meio biofísico em sua dinâmica mutável. (PÁDUA, 2010, p. 81-4). Mesmo considerando esses processos mais amplos, não há como negar que o inaudito *boom* da história ambiental nas últimas décadas sintoniza com o enfrentamento de ameaças à vida coletiva que ora incluem, de forma contundente, a destruição do meio natural no qual a civilização humana surgiu há milhares de anos. Aqui destacarei as frentes de diálogo estabelecidas pela história ambiental com três importantes grupos de atores sociais: o movimento ambientalista, os investigadores das áreas biofísicas do conhecimento e, finalmente, os historiadores de outras subáreas de nossa própria disciplina.

Alimentada pela crise ecológica contemporânea e pelas lutas ambientalistas, a história ambiental pode produzir conhecimentos capazes de ultrapassar os julgamentos morais que muitas vezes predominam nos discursos sociais de proteção e conservação da natureza. Afinal, a análise histórica aponta a emergência, no tempo, de valores supostamente eternos, mostrando sua criação em arenas de enfrentamento dos diversos atores sociais. A história também investiga a proveniência das práticas diversas dos homens em relação ao meio natural, evidenciando sua dispersão e heterogeneidade, oferecendo análises para além do bem e do mal. (FOUCAULT, 1984, p. 15-9). Nessa perspectiva, não se trata meramente de recuperar a trajetória de um verdadeiro *homo praedator*, na sucessão contínua e inexorável da exaustão dos recursos e da devastação da natureza. Tampouco satisfaz o argumento da hipotética evolução de uma consciência ecológica que restabeleceria a harmonia perdida do ser humano com o meio natural, como num retorno ao paraíso. Essas perspectivas reduziriam o argumento histórico a uma “profecia dada de antemão”. (CRONON, 1990, p. 1129).

A história ambiental contesta frontalmente ideias sedutoras – como a da ‘mãe natureza’, ‘mãe Terra’ – e as identificações cada vez mais difundidas entre ‘natural’ e ‘puro’, entre ‘ecológico’ e ‘bom’. Há muita metafísica nessas concepções, e elas muitas vezes se alimentam de

ressentimentos, culpas e ascetismos. Longe de ser uma entidade estável ou holística, uma espécie de divindade capaz de se manter equilibrada indefinidamente caso os homens não a perturbassem, a natureza tem dinâmica e transformações que independem da vida humana. Não obstante, o mundo biofísico só se torna cognoscível por meio das mediações linguísticas, históricas e culturais de nosso campo de percepção.² Como afirma William Cronon, o meio natural é real e não depende de nossas representações para existir, mas a maneira como o descrevemos e compreendemos encontra-se amalgamada a nossos valores e pressupostos. Quando dizemos ‘natureza’, dizemos tanto sobre nós mesmos como sobre as coisas que nomeamos com essa palavra, falamos também sobre a sociedade em que vivemos e os diversos conflitos que a constituem, sejam eles de classe, de gênero, raciais e/ou étnicos. (CRONON, 1990, p. 1122, 1128-9; 1996, p. 25). Enfim, a consciência da impressionante complexidade e os paradoxos envolvidos no papel e no lugar da natureza na vida humana podem se tornar importantes instrumentos para um ambientalismo crítico, atento a seu caráter histórico e a seus pressupostos culturais.

O caráter múltiplo, complexo e interconectado da questão ambiental estimulou historiadores a ultrapassar como nunca as fronteiras de sua área de conhecimento. Nessa busca, seguiram a tradição iniciada pelos fundadores da Escola dos Annales, pois não respeitaram ‘muros’ departamentais e definitivamente se arriscaram nos jardins de pesquisa alheios. (BLOCH; FEBVRE, 1929, p. 1-2). Buscando além das áreas de conhecimento há muito palmilhadas pelas pesquisas históricas – geografia, antropologia, demografia, arquitetura, turismo, direito e arqueologia –, os historiadores ambientais romperam preconceitos e inauguraram profícuos diálogos com áreas tradicionalmente distantes da investigação histórica: ecologia, microbiologia, parasitologia, oceanografia, genética, botânica, zoologia, climatologia, geologia, agronomia, ciências florestais, química e engenharia. A história ambiental alargou o escopo dos nossos diálogos possíveis com comunidades científicas de diversas áreas do conhecimento, abrindo caminho para nossa atuação junto a grupos transdisciplinares no estudo e encaminhamento de soluções tão complexas quanto as questões ambientais costumam exigir.

A circulação por outros campos do saber deve, necessariamente, possibilitar um diálogo dinâmico com a própria história. A transdisciplinaridade não nos pode tornar estrangeiros em nossa própria disciplina. Esse é um dos desafios da história ambiental. Há abordagens disponíveis no âmago do conhecimento histórico que se apresentam indispensáveis. São excitantes e promissoras as relações entre a história ambiental e as reflexões sobre patrimônio e meio ambiente (MARTINEZ, 2011); a história das cidades, dos gêneros, das classes sociais, das etnias, das práticas culturais, das lutas políticas; a história da ciência, da construção das nacionalidades, da transformação das paisagens. Uma vez que afirma a natureza como construção cultural, a história ambiental não pode perder a chance de explorar a riqueza das análises já solidamente estabelecidas

pela história social e política. (MOSLEY, 2006; CAREY, 2009). Só assim, a história ambiental poderá se abrir ao diálogo não apenas com a sociedade em geral e com os investigadores de outras áreas, mas também com os próprios historiadores.

No Brasil, o enfoque ambiental ainda se apresenta tímido, limitado a alguns pesquisadores espalhados por diferentes universidades, mas que vêm demonstrando a riqueza dessa área de investigação, com resultados crescentemente significativos, cujo número já é expressivo o suficiente para que seja impossível listá-los rapidamente sem incorrer em graves omissões. Encontram um terreno de análise fértil e pouco explorado. Como observa José Augusto Drummond, a história do Brasil é objeto privilegiado para o enfoque ambiental, e isso, por vários motivos. A extensão do território abriga rica diversidade de processos ecológicos e paisagens, com incrível variedade de biomas. A situação geográfica predominante tropical, aliada à abundância de água, resulta em fabulosa biodiversidade. A presença de populações indígenas, descendentes de africanos, europeus e asiáticos determinou grande diversidade étnica, cultural e religiosa, estabelecendo-se longa história de contatos e conflitos entre tradições, percepções e experiências do meio natural. A concentração da maior parte da população brasileira no meio urbano a partir da segunda metade do século XX estimula estudos sobre a história ambiental urbana, acenando com a riqueza de análises que ultrapassem a dicotomia natural/artificial. Permanecem ainda pouco exploradas as relações históricas entre nossa sociedade e os rios, o extenso litoral e seus mangues, as florestas tropicais (como a Mata Atlântica e a Amazônia), as bacias hidrográficas e seu manejo através dos séculos, o uso dos vários tipos de energia, as práticas agropecuárias e seus impactos ambientais, a introdução e domesticação de espécies animais e vegetais, as atividades de mineração, a história das representações literárias, artísticas e intelectuais sobre a natureza, as relações entre os discursos e práticas ambientais e a construção nacional. *Last but not least*, as relações entre aspectos ambientais e enfrentamentos sociais abrem fascinante terreno de estudos. (DRUMMOND, 2002, p. 13-32).

Frente a tantos temas, limites nacionais se revelam insuficientes para análise desde a perspectiva da história ambiental, necessariamente atenta ao caráter transnacional das movimentações de pessoas, animais, plantas, patógenos, substâncias poluentes e radiativas. Por sua vez, fenômenos climáticos, atmosféricos ou tectônicos são solenemente alheios às fronteiras nacionais. A história ambiental nos encaminha inexoravelmente para uma mirada global, criando-se diálogos não apenas transdisciplinares, mas destacadamente internacionais. Scheherazade pode ser tropical, mas suas estórias não podem ser estrangidas pelos desenhos das cartografias nacionais.

A história ambiental apresenta-se, portanto, como uma narrativa poderosa, pois instrumentaliza o historiador para participar ativamente de um dos mais decisivos debates de nosso tempo, a questão ambiental. A cada dia, esse tema se apresenta como uma questão de saúde ou doença, esperança ou desalento, abundância ou escassez, vida ou morte. A despeito de a natureza

ser uma construção histórico-cultural, não há como negar nossa condição biológica de seres que vivem, crescem, se reproduzem (ou não) e morrem. Nossa sobrevivência física depende de certas condições ambientais, como ar puro, água limpa, temperatura apropriada, disponibilidade de alimento, equilíbrio satisfatório das condições epidemiológicas. Essa existência material, corporal, não pode ser analisada negativamente como limite. Afinal, a dor, a alegria e os prazeres da existência ligam-se necessariamente ao nosso corpo e à materialidade de nossa vida. Nessa consideração, gostaria de evocar Nietzsche, que argumentava a potência positiva das visões de mundo afirmadoras do corpo e dos aspectos materiais da vida. (NIETZSCHE, 1989, p. 90-1).

Se até agora falei de aproximações entre historiadores e Scheherazade, chegou o momento de falar de diferenças. A história não é ficção, e nossas análises se baseiam em cuidadosas investigações de dados e documentos por meio das quais direcionamos nossas interrogações ao passado, com atenção às evidências e segundo fundamentos teórico-metodológicos. Nossas narrativas devem ser plausíveis, coerentes e fundamentadas no âmbito dos debates da comunidade de historiadores. Como diz Thompson, o ‘tribunal de recursos’ da lógica histórica funciona ininterruptamente, com avaliação da pertinência e do caráter verídico ou não das análises realizadas por historiadores que apontam mutuamente suas falhas. (THOMPSON, 1981, p. 50). Mas, além de produzir um conhecimento rigoroso, validado por seus pares, o historiador pode ambicionar comunicá-lo a um círculo maior da sociedade. Não há, porém, divulgação possível do conhecimento sem a sedução do ouvinte ou do leitor. Se o historiador deseja persuadir sobre a importância do que diz ou escreve, se quer mobilizar as pessoas por meio dos resultados que produz, precisa cativá-las para efetivamente conquistar o papel de interlocutor indispensável nos debates sobre os impasses coletivos.

A história ambiental abre amplo leque de possibilidades para diálogos com a sociedade. Seria um desperdício perder essa oportunidade. Discurso de poder instituído no tempo, a história é capaz de instaurar diferentes regimes de verdade na dinâmica incessante dos enfrentamentos que tecem a trama social. Para atuar de forma decisiva nos desafios impreteríveis colocados pela complexificação do papel e do lugar da natureza na vida humana, precisamos apurar nossas estratégias narrativas. Frente às várias ameaças que rondam a contemporaneidade, nossos combates pela história (FEBVRE, 1985, p. 7) ligam-se ao desejo de sobrevivência, transformação e renovação da nossa sociedade. Tal como a astuciosa Scheherazade, contamos estórias para nos mantermos de pé. Mas, como ela sabia muito bem, não se trata de contar qualquer estória. É preciso saber escolher aquelas que, longe de jogar o passado como um fardo paralisante sobre nossos ombros, efetivamente servirão para afirmar e renovar a vida. (NIETZSCHE, 1949, p. 97).

Eu não poderia falar tanto de narrativas sem me dispor a contar pelo menos uma história. E é o que farei agora.³

Minha história começa com um personagem muito simpático, Carlos Drummond de Andrade. Em dezembro de 1963, o poeta morava no Rio de Janeiro e recebeu cartas de leitores belo-horizontinos, com fotos da principal avenida da capital mineira, a Afonso Pena, que mostravam o corte de 350 ficus que existiam ali até então, ato ordenado pela Prefeitura. (ANDRADE, 1963, p. 4). As fotos o entristeceram profundamente. Nos anos 1920, o jovem Carlos adorava subir a avenida até seu ponto mais alto, de onde cravava os olhos naquela “massa de folhas e luzes que formava a perspectiva da larga rua central”. (ANDRADE, 1930, p. 10). Não era o único: também Pedro Nava saía da Faculdade de Medicina antes do anoitecer e galgava o mesmo ponto para observar a cidade a seus pés e admirar as fileiras prodigiosas dos ficus, “cujas copas de veludo verde tomavam tons preciosos ao sol descambante, metalizavam-se e fervilhavam, em cada folha, cintilações de esmalte”. (NAVA, 1979, p. 255).

Essas árvores tinham sido plantadas no início do século XX, pouco depois da inauguração da cidade, em 1897, e integravam a proposta paisagística de uma capital moderna, civilizada, construída segundo padrões de higiene e planejamento racional. A Afonso Pena era a coluna vertebral do centro urbano, projetada em larga extensão até os pés da Serra do Curral. Na época, os *Ficus benjamina* eram uma opção de arborização urbana bastante comum. Originários da Ásia e facilmente aclimatáveis em áreas tropicais, os ficus crescem com rapidez até atingirem alturas de 20 metros ou mais, com raízes fortes e troncos espessos, e suas copas generosas se prestam muito bem a podas estéticas de formatos diversos. Ao longo das décadas, a Afonso Pena se transformou num túnel de verdura, e os ficus ocuparam uma área significativa dos seus 50 metros de largura. O bonde passava no meio das fileiras, e os cartões-postais de Belo Horizonte traziam sempre a imagem do corredor verde emoldurado pela Serra do Curral. Assim, a Avenida Afonso Pena saiu dos sonhos dos engenheiros de uma cidade modelo, mas ganhou vida ao longo do tempo em que foi escrita, fotografada, visitada, modificada em sua arquitetura, inventada em diversos trajetos pelos homens e mulheres que a percorreram. Tornou-se uma referência partilhada, um local de memória, um espaço praticado. (CERTEAU, 2000, p. 179-216). Sua história se construiu amalgamada à dos seus frondosos ficus, cujas sombras refrescavam os passos de seus caminhantes que, contagiados pelo lirismo de tão denso verde, avançavam sobre o chão cravado de raízes e salpicado pelos seus frutinhas que estalavam – ploc.... ploc... ploc..... – ao serem pisados. (MARQUES, 2006). A arborização de Belo Horizonte, cantada em prosa e verso por habitantes e estrangeiros, tornou-se elemento criador de um sentido comum entre os cidadãos, investida do significado de um patrimônio coletivo. (CHACHAM, 1996, p. 213-7). O epíteto de cidade-jardim, ou cidade vergel,

passou por inúmeras reinvenções ao longo das décadas, tornando-se uma das ideias mais recorrentes quando da evocação de Belo Horizonte.

Por tudo isso, Carlos reagiu com grande desânimo ao ver as fotos dos troncos mutilados. Pediu aos leitores que não enviassem outras. Confessou seu sentimento de impotência frente à fabricação de ruínas pela Prefeitura, “autoridade dendroclasta, dendrófoba ou dendricida”. (ANDRADE, 1963, p. 4).

O corte das árvores começou sem nenhum anúncio, na calada da noite do dia 19 de novembro de 1963. De manhã, quem passou por ali se surpreendeu. Nas semanas seguintes, cada manhã trazia uma paisagem crescentemente desolada, com o progressivo desnudamento da avenida e a cena chocante dos troncos decepados. A justificativa da Prefeitura era que as árvores estavam condenadas por uma praga, e o corte era a única saída.

Realmente, os ficus estavam infestados pelos *Gynaikothrips ficorum*, insetos de origem sul-asiática e ocorrência pantropical, espalhados pelas diversas áreas do mundo onde os ficus foram aclimatados. Apesar de permanecerem a maior parte do tempo junto às folhas, esses pequeninos insetos voam muito rapidamente quando estimulados por vento ou calor excessivo. No meio urbano, causam grande transtorno aos transeuntes, pois podem picar, entrar nos olhos ou grudar nos cabelos, por exemplo. Em 1960, houve um grande descontrole ambiental desses insetos no sul dos Estados Unidos – onde curiosamente foram apelidados de *Cuban lauren thrips* – e em outros pontos da América Latina. Chegaram ao Brasil por volta de 1961, infestando árvores no Rio de Janeiro, em Niterói, Campinas, Santos e várias cidades no Nordeste. Em Belo Horizonte, os insetos encontraram ficus bastante enfraquecidos: após a desativação da linha de bonde, os canteiros dos ficus passaram a servir como estacionamento para automóveis, cujas rodas amassavam suas raízes. Os troncos eram danificados pelos pregos dos cartazes das mais diversas propagandas. A falta crônica de água na cidade impossibilitava a irrigação regular da arborização urbana.

O incidente ocorria num contexto mais geral de grandes transformações e turbulências na história da capital de Minas Gerais. Desde os anos 1940, Belo Horizonte viveu processo de industrialização e impulso desenvolvimentista com forte intervenção do Estado, tornou-se centro de articulação das elites mineiras que se diferenciavam no âmbito nacional e abrigou crescente classe média. Unindo políticos, empresários e tecnocratas, Juscelino Kubitschek lançou o ‘binômio energia e transportes’ como lema de sua gestão no governo do estado, entre 1951 a 1956. Os carros-chefes do crescimento industrial foram a siderurgia e as indústrias de cimento e celulose.

Além de uma elite econômica e financeira, alguns setores da classe média ascenderam em seus padrões de consumo. Muitas famílias começaram a viver a obsessão das lojas de departamentos, dos eletrodomésticos, alimentos industrializados, produtos de higiene, roupas *prêt-à-porter* e, especialmente, sua majestade, o automóvel particular. No mesmo ano do corte dos ficus,

foram emplacados 42 mil novos veículos na capital mineira. (DIÁRIO DA TARDE, 12 dez. 1963, p. 1).

Todo esse crescimento realizou-se com aprofundamento das injustiças sociais. No interior do estado de Minas Gerais, a expansão das plantações de eucalipto, das pastagens e da mecanização agrícola expulsou residentes rurais para áreas marginais da cidade de Belo Horizonte, cuja população saltou, entre 1940 e 1963, de 200 mil para cerca de 900 mil habitantes. Nas favelas, o adensamento populacional foi vertiginoso. Em 1955, levantamento da Prefeitura apontou quase 37 mil favelados em 9 mil domicílios. Em 1965, havia cerca de 120 mil favelados (quase 15% da população total). Nas favelas não havia água potável, esgoto, luz ou calçamento. A taxa de mortalidade infantil subiu vertiginosamente nos anos 1960.⁴ O súbito aumento populacional elevou o consumo de água, esgotando os mananciais mais próximos e levando a população de Belo Horizonte a viver toda a década de 1960 com escassez crônica de água potável. Naqueles anos, a debilidade da urbanização na capital mineira configurou uma situação muito distante do título de cidade vergel.

Com o avanço da praga sobre os ficus, o jornal *O Diário* apontou a ilha de Cuba como origem dos insetos, de onde teriam se espalhado pela ineficácia dos métodos agrícolas comunistas. Associados à revolução cubana, os *Gynaikothrips ficorum* foram temidos como ameaça fatal que poderia invadir os lares. (O DIÁRIO, 21 fev. 1963, p. 3). Setores da direita aproveitaram o fato para atacar o prefeito Jorge Carone, eleito pelo PTB, aliado de João Goulart: levantaram suspeitas de envenenamento das árvores pela Prefeitura, com o fito de enfraquecê-las e tornar o corte inevitável; criticaram a ausência de aplicação de inseticidas e a destruição sorrateira do bem vegetal comum. Curiosamente, o jornal de esquerda *O Binômio* legitimou a decisão de Carone, pois a avenida precisava ser alargada para melhor conter o tráfego de veículos, nas novas condições urbanas exigidas pelo desenvolvimento. (RABELO, 1964, p. 3). As opiniões se dividiram, mas a muitos aquele pareceu um preço razoável a ser pago em nome do progresso.

Poucos meses depois, parcelas da elite mineira tiveram importante papel no golpe civil-militar. A Marcha da Família Com Deus, no dia 13 de março de 1964, foi realizada numa avenida Afonso Pena completamente desnuda e irreconhecível, assim como seria o desfile militar após a deposição de João Goulart. Tais eventos inauguraram tempos duros para a sociedade brasileira. Enquanto isso, Belo Horizonte se tornou gradativamente menos verde. Continuaram as derrubadas da arborização urbana para abertura de vias, igrejas alugaram seus jardins para lojas ou estacionamentos, as atividades mineradoras depauperaram a Serra do Curral. A essa cidade, Carlos Drummond se recusou a voltar, pois, despida de seus túneis verdes, transformara-se em um “triste horizonte”. (ANDRADE, 1977).

Cinquenta anos depois, em março de 2013, Belo Horizonte tornou-se novamente palco de enfrentamento em torno de seus ficus. Desta vez, as árvores em questão encontram-se numa área bem próxima ao centro, onde formam respeitável massa vegetal que ameniza temperaturas e servem, ainda, de importante corredor para a avifauna urbana. Muito antigas, foram tombadas por seus sentidos históricos, simbólicos e ambientais. Enfim, são reconhecido patrimônio cultural da cidade.

Foram atacadas pela mosca branca do ficus, *Singhiella simplex*, de origem asiática, que tem especial predileção pela espécie *Ficus benjamina*. Apesar de identificado cientificamente em 1931, esse inseto era pouco conhecido na América até 2007, quando destruiu ferozmente ficus na Flórida, nos Estados Unidos. Desde então espalhou-se, atingindo árvores no Rio de Janeiro em 2009, e em São Paulo em 2010. Em Belo Horizonte, foi identificado em 2012, causando grandes danos às folhagens de vários ficus em alguns pontos da cidade. (LEGASPI et al., 2011; AVERY et al., 2011; SECRETARIA, 2013).

A Prefeitura da capital mineira decretou estado de emergência e qualificou a praga como desastre natural, o que possibilitaria medidas urgentes. Considerando a existência de cerca de 12 mil ficus na área urbana e estimando a capacidade de voo da mosca em 7 quilômetros por semana, a Prefeitura apontou risco de contaminação de largas áreas verdes. Autoridades da defesa civil alertaram para o perigo da queda de galhos e mesmo de árvores inteiras, o que justificou podas radicais e acenou para a possibilidade de corte de alguns indivíduos. (DECRETO, 2013).

Muitos belo-horizontinos se mobilizaram prontamente. A ameaça aos ficus foi uma gota d'água numa situação de desconforto mais ampla. O conjunto de intervenções urbanas de preparação para a Copa do Mundo de futebol determinou o corte de milhares de árvores em Belo Horizonte, com a abertura de espaço para grandes obras de mobilidade urbana que, na verdade, privilegiaram carros particulares em detrimento do transporte público. Muitos denunciam um verdadeiro extermínio das árvores em razão de interesses comerciais e empresariais, sem compromisso real com a qualidade de vida dos cidadãos. O decreto de estado de emergência em relação aos ficus foi assinado apenas cinco dias após a decisão sobre várias obras de mobilidade urbana, levantando-se a suspeita de que as árvores seriam cortadas para abrir caminho para mais obras. Tudo isso gerou vigorosa mobilização que resultou na criação do grupo Fica Ficus, cuja bandeira é a defesa da arborização urbana – com tudo o que isso significa – sob o lema ‘mexeu com uma árvore, mexeu comigo’. O grupo organizou a ocupação da área ameaçada, com protestos, atividades culturais e controle rigoroso das podas realizadas pela Prefeitura. Sobretudo, participou de audiências públicas nas quais demandou firmemente as justificativas técnicas de toda e qualquer ação realizada no controle da praga. Pressionada, a Prefeitura realizou experiências com óleo de

neem, muito utilizado na agricultura orgânica e proveniente de árvore também asiática. Os resultados de sua aplicação têm sido esperados com grande ansiedade.

Ao longo de suas manifestações, o grupo Fica Ficus organizou-se nas redes sociais. Os ecos de suas atividades chegaram a Istambul, onde manifestantes revoltados contra o autoritarismo do governo ocuparam a praça Taksim, desde o dia 27 de maio de 2013, após o anúncio de que as árvores seriam cortadas para dar lugar a um *shopping center*. Conectados, manifestantes do Fica Ficus e de Istambul se saudaram e apoiaram mutuamente. Da Turquia, mandaram fotos com cartazes do Fica Ficus, e vice-versa, evidenciando uma situação globalizada de habitantes de grandes cidades que passam a lutar pela arborização e por áreas verdes, com o que se confere um sentido declaradamente político à defesa desses espaços. Frente ao predomínio de grandes projetos empresariais nas reformas urbanas em várias partes do mundo, lutar pelo ambiente no meio urbano ganhou o sentido maior do combate pelo direito à cidade.⁵

Frente ao movimento em Istambul, Orhan Pamuk, prêmio Nobel de literatura, recordou a ameaça, em 1957, do corte de uma velha castanheira que ficava em frente à sua casa. Para evitar a retirada da árvore, seu pai e os tios se revezavam em vigília, dia e noite. A castanheira foi salva e tornou-se uma memória compartilhada por toda a família. Para Pamuk, assim como a castanheira, a praça Taksim está mesclada à memória de milhões de pessoas e à história de Istambul e demonstra as relações entre natureza e cidade, política e ambiente, passado e presente. (PAMUK, 2013, p. 6). O mesmo se pode dizer dos ficus de Belo Horizonte.

Apesar de a Prefeitura negar terminantemente que iria cortar todos os ficus, a sensação da grande maioria dos belo-horizontinos é a de que eles só permaneceram graças ao Fica Ficus. Novos pontos de conflito surgem a cada dia, como no caso das capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) que viviam tranquilas na orla da Lagoa da Pampulha, enternecendo quem as via por ali com seus filhotinhos, até que as autoridades notaram que seu aumento tem prejudicado os gramados e jardins que se pretende exhibir nos cartões-postais e aos turistas da Copa e que ficam próximos ao Estádio Mineirão. Há também implicações ambientais e sanitárias envolvidas. As capivaras se reproduzem com muita eficiência, cada fêmea gera, em média, 16 filhotes por ano. Não têm predadores no ambiente urbano e são hospedeiras ideais para os carrapatos-estrela (*Amblyomma cajennense*), transmissores da febre maculosa, extremamente perigosa para o homem. Apesar disso, frente ao abate iminente de centenas de capivaras, a população já começou a se mobilizar, e palavras de ordem de ‘ficam as capivaras’ já se fazem ouvir. (SILVA, 2013).

Os eventos em torno dos ficus de Belo Horizonte, com suas consequências na dinâmica do cotidiano e das paisagens urbanas – assim como a mais recente questão das capivaras –, demonstram como as relações entre as metrópoles e o meio natural são complexas e envolvem uma multiplicidade de fatores. Os elementos naturais ali presentes são como fios de uma trama de

disputas e enfrentamentos sociais e políticos e evidenciam ainda como as representações dos cidadãos em torno do que é ‘natural’ integram perspectivas culturais e combates políticos, assim como muitos mitos e idealizações.

Desde que começou a se desenrolar a polêmica sobre as capivaras da Pampulha, que se reproduzem sem controle e devoram os jardins, eu me lembrei da ilha da Trindade, atualmente considerada verdadeiro patrimônio natural e histórico brasileiro.⁶ Trindade, pequeno território de 10 quilômetros quadrados, situado a 1.140 quilômetros de Vitória, encontrava-se quase sem vegetação quando chegou ali o zoólogo Rudolf Barth, em 1957, membro de uma expedição científica integrante do Ano Geofísico Internacional. A ilha não tinha habitantes, nunca abrigou populações indígenas, mas estava repleta de porcos, cabras, ovelhas, gatos e ratos. O cientista encontrou vestígios de que o local tivera outra realidade botânica no passado e ficou horrorizado com o desequilíbrio ambiental ali reinante. As cabras devoravam a rala vegetação rasteira que agora predominava. Gatos destruíam os ninhos das aves marinhas que se reproduziam na ilha, e os porcos fuçavam os milhares de ovinhos que as tartarugas verdes botavam ali em claras noites de luar. Zoólogo experiente, Barth vaticinou que a ilha se tornaria um deserto no meio do oceano.

Trindade nunca tinha sido habitada de forma permanente, apesar de sua descoberta pelos portugueses logo no início do século XVI. Em 1700, o famoso astrônomo britânico Edmund Halley passou por ali em viagem de investigações sobre o magnetismo da Terra. Aportou, tomou posse em nome da Rainha e deixou a bandeira de seu país. Pensando nos navegadores futuros que pudessem sucedê-lo, soltou cabras e porcos. É provável que tenha deixado também, de forma involuntária, ratos e parasitas de mamíferos.

Ao longo dos séculos, a ilha foi território de contestação entre ingleses e o Brasil, com agravamento de tensões em fins do século XIX. Foi ainda palco de tragédias de naufragos, atraiu a cobiça de piratas e alimentou lendas de que ali estaria enterrado um grande tesouro. Recebeu naturalistas de diversos países, assim como encerrou condenados durante o governo de Artur Bernardes. Palco de tantas histórias turbulentas, a ilha da Trindade ainda era cercada de mistérios quando Barth chegou no Almirante Saldanha, embarcação da Marinha brasileira.

Mas essa narrativa será interrompida neste ponto. Afinal, contar mais uma história nos levaria a outra, e a outras mais, o que excede os limites aceitáveis de um artigo. O leitor poderá – quem sabe, amanhã – acompanhar a história da ilha da Trindade. (DUARTE; HORTA, 2012).

Tal como Scheherazade ansiava a cada amanhecer, também eu espero sobreviver e poder retomar o fio desta e de outras narrativas. Com esforço intenso, sempre inacabado de pesquisa e escrita, além da firme convicção do conhecimento como fator de transformação social, espero cativar o meu ilustre e cobiçado leitor para *mil e uma* histórias.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond de. A Avenida do sol. **Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 6 mai. 1930, p. 10.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Árvores, um casal. **Estado de Minas**, Belo Horizonte: Diários Associados, Segundo Caderno, 11 dez. 1963, p. 4.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Triste horizonte. In: **Discurso de primavera e algumas sombras**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.
- AVERY, Pasco B. et al. Natural enemies managing the invasion of the fig whitefly, *Singhiella simplex* (Hemiptera: Aleyrodidae), infesting a *Ficus benjamina* hedge. **Florida Entomologist**, v.94, n. 3, p. 696-8, 2011.
- BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. A nos lecteurs. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, v.1, n.1, p. 1-2, 1929.
- BORGES, Jorge Luis. **Borges, oral & Sete noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BORGES, Jorge Luis. Os tradutores das Mil e Uma Noites. In: BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas**, v. 1. São Paulo: Globo, 1998, p. 438-57.
- BURTON, Richard. **Supplementary Nights to The Book of the Thousand Night and a Night**, v. 6. Benares/USA: Kama Shastra Society/Printed by the Burton Club for Private Subscribers Only, 1888.
- BURTON, Richard. **The Book of the Thousand Nights and a Night**, v. 1. Benares/USA: Kama Shastra Society/Printed by the Burton Club for Private Subscribers Only, 1885.
- CAREY, Mark. Latin American Environmental History: Current Trends, Interdisciplinary Insights and Future Directions. **Environmental History**, v. 14, p. 221-52, 2009.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas. In: DUTRA, Eliana (Org.) **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 1996, p. 183-237.
- CRONON, William. Modes of Prophecy and Production: Placing Nature in History. **The Journal of American History**, v. 76, n. 4, p. 1122-31, 1990.
- CRONON, William. In Search of Nature. In: CRONON, William (Ed.) **Uncommon Ground, Rethinking the Human Place in Nature**. New York: W. W. Norton & Company, 1996, p. 23-56.
- DECRETO** n. 15.183, 25 mar. 2013, Prefeitura de Belo Horizonte.
- DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental no Brasil? Ensaio temático. **Varia História**, v. 26, n. 1, p. 13-32, 2002.

DUARTE, Regina Horta; HORTA, Guydo Campos Machado Marques. Barth e a ilha da Trindade, 1957-1959. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 3, p. 951-68, 2012.

DUARTE, Regina Horta. À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte. **Ambiente & Sociedade**, v. X, n. 2, p. 25-44, 2007.

DUARTE, Regina Horta. Os vivos e os mortos: uma alegoria sobre a história. **Revista Resgate**, v. 1, n. 2, p. 21-6, 1991.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 15-38.

GALLAND, Antoine. **As mil e uma noites**, v. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

GIORDANO, Cláudio. **História d'As mil e uma noites**. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2009.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Levantamento da população favelada de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho, 1966.

GROTZFELD, Heinz. Creativity, random selection and *pia fraus*: observations on compilation and transmission of the Arabian nights. **Marvels & Tales**, v. 18, n. 2, p. 218-28, 2004.

JAROUCHE, Mamede Mustafa. **Livro das mil e uma noites**. São Paulo: Globo, 2005.

LEGASPI, Jesusa et al. Life Table Analysis and Development of *Singhiella simplex* (Hemiptera: Aleyrodidae) Under Different Constant Temperatures. **Annals of the Entomological Society of America**, v. 104, n. 3, p. 451-8, 2011.

LE GOFF, Jacques. Escatologia. In: **Enciclopedia Einaudi**, v. 1, Memória, História. Lisboa: Casa da Moeda, 1985, p. 425-57.

MARQUES, Maria Auxiliadora (nascida em 1928, Belo Horizonte). **Entrevista** concedida a Regina Horta Duarte, Belo Horizonte, 1 fev. 2006.

MARQUES, Robson. Região de Belo Horizonte e a urbanização. In: MEDEIROS, Regina (Ed.) **Permanências e mudanças em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 113-39.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Meio ambiente e museus: para um quadro inicial de referências. In: RAMOS, Francisco R. L.; SILVA FILHO, Antonio Luiz M. **Cultura e memória**: os usos do passado na escrita da História. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural/Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, p. 395-420.

MOSLEY, Stephen. Common Ground: integrating social and environmental history. **Journal of Social History**, v. 39, n. 3, p. 915-33, 2006.

NAVA, Pedro. **Beira-mar**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1979.

NIETZSCHE, Friedrich W. De la utilidad de los estudios históricos. In: **Consideraciones intempestivas 1873-1875**. Buenos Aires: 1949. (Obras Completas de Frederico Nietzsche, v. 2), p. 89-169.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Assim falou Zaratustra**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PAMUK, Orhan. Uma árvore, um parque: a praça Taksim e a história de Istambul. **Folha de S. Paulo**, Caderno Ilustríssima, 9 jun. 2013, p. 6.

PLAMBEL. **O desenvolvimento econômico e social da região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Plambel, 1974.

RABELO, José Maria. As árvores da Avenida. **O Binômio**, Belo Horizonte, 5 jan. 1964, p. 3.

ROSENTHAL, Melinda. Burton's Literary Uroburos: The 'Arabian Nights' as Self-Reflexive Narrative. **Pacific Coast Philology**, v. 25, n. 1-2, p. 116-25, 1990.

SECRETARIA Municipal de Meio Ambiente. **Informações sobre a ocorrência de pragas em árvores do gênero Ficus em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Gerência de Gestão Ambiental, 9 abr. 2013. Mimeo, 4 p.

SILVA, Cedê. Prefeitura quer remover mais de 150 capivaras que vivem na orla da Lagoa da Pampulha. **VejaBH**, 2330, 17 jul. 2013.

TAHAN, Malba. Apresentação. In: GALLAND, Antoine. **As mil e uma noites**. v. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 15-22.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **The poetics of prose**. 2. ed. New York: Cornell University Press, 1980.

WATANABE, Hiroshi; BRAGA, Welber. **Morro do Querosene**: alguns aspectos da formação de uma favela. 1960. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1960.

Jornais consultados:

O DIÁRIO, Belo Horizonte.

O BINÔMIO, Belo Horizonte.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte.

MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

Páginas on line:

FICA FÍCUS: <http://ficaficus.concatena.org>; Acesso em: 15-20 jul. 2013.

IBGE: www.ibge.gov.br; Acesso em: 15 jul. 2013.

LEIS MUNICIPAIS: www.leismunicipais.com.br; Acesso em: 1 jul. 2013.

FACEBOOK: www.facebook.com/groups/ficaficus/; Acesso em: 1-15 jul. 2013.

Notas

¹ Dedico este ensaio aos queridos Manuel Salgado e Alcir Lenharo, que apostaram na história como instrumento para transformar os homens e o mundo. Seus escritos permanecem entre nós e, dessa forma, se mantêm tão vivos como Scheherazade, que também contou estórias para enfrentar a morte. O texto foi inicialmente apresentado como conferência no XXVII Simpósio da ANPUH (2013), em Natal, cujo tema foi “Conhecimento histórico e diálogo social”. Revisão: Armando Olivetti.

² Sobre a independência ontológica do mundo natural em relação ao homem, ver PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010, p. 86-88. Sobre o real e o cognoscível, ver também THOMPSON, THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49.

³ Os próximos dez parágrafos baseiam-se no artigo DUARTE, Regina Horta. À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte. **Ambiente & Sociedade**, v. X, n. 2, p. 25-44, 2007, p. 25-44.

⁴ PLAMBEL, **O desenvolvimento econômico e social da região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Plambel, 1974, p. 3-7; GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Levantamento da população favelada de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho, 1966, p. 9-16; WATANABE, Hiroshi; BRAGA, Welber. **Morro do Querosene**: alguns aspectos da formação de uma favela. 1960. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1960, p. 13-35; MARQUES, Robson. Região de Belo Horizonte e a urbanização. In: MEDEIROS, Regina (ed.) **Permanências e mudanças em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 113-39. Segundo dados do IBGE: 74,2 mortos/1.000 crianças nascidas vivas em 1960, para 92,3 em 1965, 107,3 em 1969 e 124,8 em 1973. Para comparação: em 2010, na Etiópia, a mortalidade infantil foi de 72,46. Na época, os Estados Unidos, o Japão e a França tinham índice de cerca de 25; o Reino Unido, de 22. www.ibge.org.br.

⁵ Para as informações, imagens e manifestos do Fica Ficus, suas relações com os rebeldes da praça Taksim, eventos na avenida dos Ficus e outros documentos, ver <http://ficaficus.concatena.org>. Ver também o cotidiano das ações do grupo Fica Ficus no Facebook.

⁶ Os próximos quatro parágrafos baseiam-se em DUARTE, Regina Horta; HORTA, Guydo Campos Machado Marques. Barth e a ilha da Trindade, 1957-1959. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 3, p. 951-68, 2012, p. 951-68.

Regina Horta Duarte é professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutoranda na Universidade Estadual de Campinas sob supervisão da professora Maria Stella Bresciani. Apoio CNPq.

Recebido em setembro/2013.

Aprovado em novembro/2013.